

## ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS AMIGOS DA PRAÇA

CNPJ 11.416.041/0001-80

## Demonstrações Financeiras - Exercícios findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Valores expressos em reais)				Demonstrações do resultado - (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota explicativa	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>1.274</b>	<b>1.387</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.066</b>	<b>1.219</b>
Recursos vinculados a projetos	4	976	297	Fornecedores		191	100
Contas a receber	5	52	902	Projetos a executar	7	17	17
Estoques		41	41	Salários, férias e encargos sociais	8	817	891
Outros custos		205	147	Impostos a recolher		10	51
<b>Não circulante</b>		<b>1.090</b>	<b>1.389</b>	<b>Outras contas a pagar</b>		<b>32</b>	<b>178</b>
Imobilizado	6	1.063	1.351	<b>Não circulante</b>		<b>1.090</b>	<b>1.389</b>
Intangível		27	38	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	1.090	1.389
<b>Total do ativo</b>		<b>2.364</b>	<b>2.776</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>207</b>	<b>168</b>
				Patrimônio social		207	168
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.364</b>	<b>2.776</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2014	Patrimônio social		Superávits acumulados	Total/Saldos
	Patrimônio social	Superávits acumulados		
Superávits dos exercícios	-	168	168	168
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	-	<b>168</b>	<b>168</b>	<b>168</b>
Superávits dos exercícios	-	39	39	39
Incorporação do Superávit	162	(162)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>162</b>	<b>46</b>	<b>207</b>	<b>207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

## 1. Contexto operacional: A Associação dos Artistas Amigos da Praça ("Associação"), foi constituída em 10/06/2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos: • Desenvolver e administrar projetos sócio educacionais, culturais e institucionais; • Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como, ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia; • Promover intercâmbios e ações para Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como, artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros; • Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade; • Oferecer a população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros; • Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais; • Irradiar e fomentar ideias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno; • Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação; • Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos troquem saberes e competências; • Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; e, Prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades afins; • Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e o para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor. Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto 43.493 de 04/06/1998, pelo qual, através do processo SC 155977/2013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 848/98, o Governador do Estado quis instituir o ADAAP - Associação dos Artistas Amigos da Praça como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes. Em 01/07/2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de implementar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas. Vêe dados sobre o contrato de gestão na Nota Explicativa nº 7, 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 17/02/2017, b. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, c. Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação, d. Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, e. Determinação do valor justo - Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de informação e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de ativos ou passivos, f. Representação da demonstração do resultado do exercício anterior - As demonstrações do resultado do exercício referentes ao exercício findo em 31/12/2015, foram reclassificadas, quando aplicável, visando uma melhor comparabilidade. Abaixo apresentamos a alteração realizada: • Inclusão dos gastos de gratuidade do aluguel não cobrado, referente ao espaço físico cedido pelo Governo do Estado de São Paulo, no montante de R\$ 1.050 mil. No caso, foi registrado uma receita de gratuidade em contrapartida de uma despesa de gratuidade nos mesmos montantes, sem alteração no valor do resultado do exercício. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos - A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis - Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. Recurso vinculados a projetos - Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Passivos financeiros não derivativos - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo

custo amortizado através do método dos juros efetivos. (ii) Instrumentos financeiros derivativos - Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de hedge. b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas - O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma: • Reconhecimento de recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante. • Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar. c. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração - Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, de redução de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. (ii) Depreciação - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes: Móveis e utensílios - 10 anos; Máquinas e equipamentos - 10 anos; Software - 5 anos; Equipamentos de informática e comunicação - 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Ativos intangíveis - (i) Reconhecimento, mensuração e amortização - O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. e. Redução ao valor recuperável - (i) Ativos financeiros - Um ativo financeiro não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda do seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justifique a necessidade de provisão para qualquer ativo financeiro circulante e não circulante. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço. g. De ativos financeiros circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. h. Receitas e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras, l. Receitas com trabalhos voluntários e gratuidades - Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários e gratuidades. Os trabalhos voluntários são compostos pelos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os valores de gratuidades, referentes ao valor do aluguel não pago pela Associação, são mensurados aos valores cotados pelo Governo do Estado de São Paulo. Foram considerados como as principais estimativas para avaliação do preço do aluguel não pago: (i) o metro quadrado utilizado pela Associação e (ii) o preço do metro quadrado de aluguel da região para escritórios comerciais.

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

2016 2015

do em 27/12/2013 com vigência de 01/01/2014 até 30/06/2018. O valor total do contrato é de R\$ 72.536 mil. Por meio do 2º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30/07/2015, o seu valor global foi ajustado para R\$ 69.977 mil. Por meio do 3º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 30/07/2016, o seu valor foi ajustado para R\$ 61.941 mil, com expectativa de repasses anuais de:

Em 2014 15.109

Em 2015 9.832

Em 2016 9.148

Em 2017 17.969

Em 2018 8.883

**61.941****8. Salários, férias e encargos sociais**

2016 2015

458 516

238 247

73 75

37 41

11 12

817 891

**9. Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pelo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2016, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2016 2015

458 516

238 247

73 75

37 41

11 12

817 891

**9. Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pelo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2016, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2016 2015

458 516

238 247

73 75

37 41

11 12

817 891

**9. Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pelo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2016, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2016 2015

458 516

238 247

73 75

37 41

11 12

817 891

**9. Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pelo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2016, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

2016 2015

458 516

238 247

73 75

37 41

11 12

817 891

**9. Provisão para contingências:** A Associação não é parte (pelo passivo) em nenhuma ação judicial em 31/12/2016, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica. **10. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

continua...